



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III

Edital 012/2017

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. Você está recebendo o caderno de prova, que contém, em suas páginas, 60 (sessenta) questões objetivas da Prova seletiva objetiva- 1º Etapa e 3 (três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva – 2º Etapa. Confira o caderno, e se ele não estiver completo chame o fiscal.
2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo 60 (sessenta) questões da Prova seletiva objetiva- 1º Etapa e 3 (três) questões discursivas da Prova Seletiva Discursiva – 2º Etapa, os quais **NÃO PODEM SER SUBSTITUÍDOS**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de que ela é correta.
3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de desclassificação das respostas rasuradas.
4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os candidatos.
7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o gabarito preenchido e devidamente assinado no local indicado.
8. A duração da prova é de 5 (cinco) horas. A saída do candidato só será permitida após transcorrida 1 (uma) hora do início da prova. Os 3 (três) últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
9. O gabarito com as respostas será publicado no portal da Esmesc, após às 15h do dia 12 de agosto de 2017.
10. O dia 14 de agosto de 2017, às 15h, é a data limite para o envio de recursos da prova Período para a interposição dos recursos à Prova seletiva objetiva - 1º Etapa. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.
11. O resultado final da primeira etapa será divulgado até o dia 22 de agosto de 2017.
12. O período para a interposição de recursos a Prova Seletiva Discursiva – 2º Etapa, vai de agosto a 1º de setembro de 2017, às 12h. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.
13. Todos os recursos devem ser encaminhados em formulário próprio disponível na página da Esmesc. Recursos apresentados em outros formulários não serão recebidos.

BOA PROVA!

Florianópolis, 12 de agosto de 2017



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III

Edital 012/2017

Prova Seletiva Objetiva – 1ª Etapa

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas:

- I. _____ você estuda tanto?
II. Estudo _____ quero passar no concurso
III. Eu não sei o _____ de eu estudar tanto.
a) Por que - porque – porquê.
b) Por que - por que – porque.
c) Por que - porquê - por quê.
d) Por quê - porque - porque.

2. De acordo com a hifenização da nova ortografia da língua portuguesa, marque a única frase INCORRETA:

- a) Minha filha está cursando a pré-escola.
b) As crianças gostam de usar o uniforme cor-de-rosa.
c) Fiz o curso de pós-graduação em Direito Aplicado.
d) No dia-a-dia, estudamos para adquirir novos conhecimentos.

3. Assinale, nas séries que se seguem, aquela em que pelo menos uma palavra apresenta ERRO no uso do hífen, conforme a nova ortografia:

- a) Co-obrigação / Coautor.
b) Pan-americano / Circum-navegação
c) Vice-diretor / Ex-presidente.
d) Bem-vindo / Bem-humorado

4. Assinale a alternativa correta em relação ao hífen na nova ortografia:

- a) Anti-religioso
b) Hiperssalivação.
c) Infrassom.
d) Supersseco.

5. De acordo com a nova ortografia, em relação à acentuação das palavras grifadas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os magistrados **arguiram** os candidatos no simulado da prova oral.
b) Eles **vem** todos os anos passar as férias em Fernando de Noronha.
c) Os estudantes **creem** que os estudos colaboram para atingir os objetivos profissionais.
d) O juiz chegará atrasado no evento em razão do **voou** não estar no horário previsto.

6. Sobre o uso dos porquês, está correta a frase:

- a) Por quê ela estava conversando com o colega de turma?
b) Na prova do concurso, ele não consegui fazer a questão sobre os porques.
c) O estudante tinha razões para não explicar porquê desistiu de fazer o exercício.
d) Sempre tem um porquê de não querer fazer o concurso público

**7. Sobre colocação pronominal, assinale a única assertiva INCORRETA:**

- a) Deus te guie!
- b) Isso me faz lembrar dos tempos da catequese.
- c) Ambos se encontraram para estudar o catolicismo.
- d) Em tratando-se de religião, cada pessoa possui a sua crença.

8. Assinale o período correto quanto ao uso dos porquês:

- a) Não encontrou justificativa do porquê de sua ausência.
- b) Não conseguiu explicar o porque de seu ato.
- c) Por quê você não explicou o real motivo de sua ausência?
- d) No dia a dia nem sempre é fácil explicar o porque de não ter conseguido estar presente

9. Marque a alternativa em que o pronome está empregado de modo INCORRETO:

- a) Jugou-se oportuno lembrar o pensamento de Pedro Lenza.
- b) Nos tribunais, embora não de forma uníssona, tem-se decisões recentes da Corte Suprema a endossar tal posição.
- c) Tem-se como primeira corrente a que se orienta pela não aplicabilidade do princípio da anterioridade à lei que revogue um benefício fiscal.
- d) Não pode-se permitir a distorção da democracia representativa.

10. Sobre colocação pronominal, assinale a única assertiva com ERRO:

- a) Se verifica na doutrina grande número de autores que defendem outra posição.
- b) Pode-se cogitar alteração nos próximos Julgados do Supremo Tribunal Federal.
- c) Ademais, se não se pode o mais (aumento pela reincidência), não se pode o menos (aumento por maus antecedentes).
- d) Vislumbra-se tendência na jurisprudência tradicional de seguir a posição de que a revogação da isenção não cria nova obrigação tributária.

DIREITO CIVIL

11. Sobre o pagamento indevido, modalidade de enriquecimento sem causa, é correto afirmar:

- a) Possui como pressupostos o pagamento com *aninusdonadie* a inexistência do débito ou pagamento dirigido a pessoa que não o credor.
- b) Possui como pressupostos o pagamento com *animus solvendi* e a inexistência do débito ou pagamento dirigido a pessoa que não o credor.
- c) Há direito de repetição quando o *solvens* cumpre dívida prescrita posto haver locupletamento indevido por parte do *accipiens*.
- d) O pagamento antes do termo enseja repetição.

12. Paulo compromissou-se em face de Jorge, relativamente à entrega de uma obra de arte confeccionada por artista plástico consagrado, obrigando-se a proceder à tradição da coisa no próprio domicílio do credor, o qual contratou uma cara festa para a exibição do quadro adquirido. Ocorre que, às vésperas do prazo avençado, Paulo, negligentemente, inutilizou a obra de arte, por inteiro, ao tentar limpá-la. Diante do exposto, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de dívida portátil, da espécie obrigação de dar, sendo certo que a ocorrência da perda total do objeto, antes da tradição, por negligência do devedor, implicará na dupla possibilidade de o credor aceitá-la no estado em que se acha, ou exigir o equivalente, sempre com direito à indenização por perdas e danos.



- b) Trata-se de dívida quesível, da espécie obrigação de dar, cuja inexecução deve-se ao perecimento culposo da coisa, objeto da prestação, restando o devedor obrigado à entrega de outra, de igual qualidade e quantidade, para o efeito da satisfação do interesse jurídico do credor.
- c) Trata-se de dívida portátil, da espécie obrigação de dar, cujo objeto pereceu por culpa do devedor, incumbindo-lhe, por consequência, o dever de responder pelo equivalente, mais perdas e danos.
- d) Trata-se de dívida quesível, da espécie obrigação de fazer, cujo devedor culposo, em face da impossibilidade de proceder à entrega, estará obrigado, tão apenas, à indenização por perdas e danos ao credor, titular do direito subjetivo.

13. Lucas compromete-se em face de João a entregar cem cabeças de gado no dia 30 de junho de 2017, ao valor de R\$ 100.000,00. O pagamento é feito no dia 15 de julho de 2017, por mora do credor. Nesse dia, a cotação do gado é 120.000,00. Diante do exposto:

- a) Trata-se de mora do *solvens*, cujo o valor devido é de R\$120.000,00.
- b) Trata-se de mora do *doaccipiens*, cujo valor devido é de R\$ 100.000,00.
- c) Trata-se de mora do *accipiens*, cujo valor devido é de R\$ 120.000,00.
- d) Por se tratar de mora do *solvens*, cujo valor a pago é de R\$ 100.000,00.

14. A transmissibilidade das obrigações pode se dar por vontade das partes. “A cessão de crédito enfoca a substituição, por ato entre vivos, da figura do credor.” (Sílvio de Salvo Venosa). Leia as afirmativas abaixo sobre a cessão e assinale a INCORRETA:

- a) Pode ocorrer a título oneroso ou gratuito.
- b) O crédito é transferido intacto, tal como contraído.
- c) Os créditos inalienáveis por natureza, por força de lei ou por convenção entre credor e devedor não podem ser objeto de cessão.
- d) O cessionário não pode tomar medidas protetivas de seu crédito, antes de notificar o devedor.

15. A ignorância de moléstia grave e transmissível por contágio ou hereditariedade, preexiste ao casamento, capaz de por em risco a saúde do outro consorte ou de sua descendência, é caso suscetível de:

- a) Ação declaratória de nulidade absoluta do casamento.
- b) Ação de Divórcio litigioso.
- c) Ação declaratória de nulidade relativa do casamento.
- d) Ação declaratória de inexistência do casamento.

16. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O registro civil do casamento religioso, celebrado com as formalidades exigidas no Código, poderá ser promovido a qualquer tempo, desde a sua realização, independentemente de habilitação.
- b) Uma vez equiparado o casamento religioso ao casamento civil, produzirá efeitos a partir da data de seu registro.
- c) O casamento religioso que atender as exigências da lei para validade do casamento civil equipara-se a este, desde que registrado no registro próprio.
- d) O registro de casamento religioso se submete aos mesmos requisitos exigidos para o casamento civil.

**17. Relativamente aos vícios redibitórios, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor.
- b) Tratando-se de venda de animais, os prazos de garantia por vícios ocultos serão os estabelecidos em lei especial, ou, na falta desta, pelos usos locais, aplicando-se o disposto no parágrafo antecedente se não houver regras disciplinando a matéria.
- c) A responsabilidade do alienante não subsiste quando a coisa pereça em poder do alienatário, se perecer por vício oculto, já existente ao tempo da tradição.
- d) A responsabilidade do alienante subsiste ainda que a coisa pereça em poder do alienatário, se perecer por vício oculto, já existente ao tempo da tradição.

18. Num acidente automobilístico, morre o casal Paulo e Joana. Eles não possuem descendentes nem ascendentes vivos. Paulo tinha como parente vivo apenas um tio e Joana, apenas uma filha viva de uma prima falecida. É correto dizer:

- a) Somente no caso de Joana ter morrido antes de Paulo, a filha viva da prima falecida de Joana seria a única herdeira.
- b) A filha viva da prima falecida de Joana será beneficiada se Paulo tiver falecido primeiro.
- c) Se ocorreu a premoriência de Joana, o tio de Paulo receberá a herança.
- d) No caso de comoriência, a herança de Paulo beneficia seu tio e a herança de Joana caberá à filha viva de sua falecida prima.

19. Assinale a alternativa correta:

- a) Havendo herdeiros necessários, o testador só poderá dispor de 1/3 da herança.
- b) Quando o herdeiro prejudicar os seus credores, renunciando à herança, poderão eles, com autorização do juiz, aceitá-la em nome do renunciante.
- c) No regime de comunhão parcial, excluem-se da comunhão os bens imóveis que cada cônjuge possuir ao casar.
- d) Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da separação de bens.

20. Joaquim realizou testamento cerrado um ano antes de vir a falecer, cuja escolha da modalidade se deu pelo fato de ter privilegiado apenas um de seus filhos na parte disponível. Agora, com o seu falecimento, este testamento será aberto:

- a) Pelo tabelião que o lavrou.
- b) Pelo juiz.
- c) Por um escrevente autorizado pelo tabelião.
- d) Pela viúva-meeira.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**21. Um dos princípios que regem o Processo Civil brasileiro é o da razoável duração do processo. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:**

- a) Esse princípio é exclusivamente constitucional, pois não foi recepcionado pelo CPC.
- b) Segundo esse princípio, a tutela deve ser concedida em tempo razoável, já que o mesmo não se aplica ao processo como um todo.
- c) O escrivão ou o chefe de secretaria atenderá, preferencialmente, à ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.
- d) Para garantir a aplicação do princípio, os juízes deverão julgar os feitos na ordem cronológica de conclusão, sob pena de nulidade.



22. Fulano propõe ação de imissão na posse em face de Beltrano, pois o requerido não entregou a posse do imóvel vendido. O valor da causa foi o valor do imóvel, ou seja, R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e as custas iniciais, R\$3.270,00 (três mil, duzentos e setenta reais). Fulano é servidor público e sua remuneração líquida mensal é de R\$6.000,00 (seis mil reais) e, em razão disso, formula pedido para a concessão do benefício da Justiça Gratuita.

Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa correta:

- a) Se o magistrado entender que Fulano possui condições de pagar a dívida, poderá conceder o direito ao parcelamento de despesas processuais.
- b) A assistência de Fulano por advogado particular impede a concessão do benefício.
- c) O magistrado somente poderá conceder o benefício da justiça gratuita se houver declaração de hipossuficiência redigida de próprio punho e assinada por Fulano.
- d) Com essa remuneração mensal, não há que se falar em concessão do benefício.

23. O CPC prevê uma série de sanções aplicáveis àqueles que violam os deveres de boa-fé e lealdade processuais. Assinale a alternativa que traz somente sanções desse tipo:

- a) Litigância de má-fé, multa de 10% por não cumprimento de obrigação de pagar quantia consubstanciada em título executivo judicial e prisão do devedor de alimentos.
- b) Litigância de má-fé, ato atentatório à dignidade da justiça e prisão do devedor de alimentos.
- c) Astreintes, ato atentatório à dignidade da justiça e prisão do devedor de alimentos.
- d) Litigância de má-fé, ato atentatório à dignidade da justiça e multa por recurso manifestamente protelatório.

24. Fulano, citado em processo que tramita pelo procedimento comum, deseja alegar sua ilegitimidade passiva. Considerando a assertiva, assinale a alternativa correta:

- a) alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 5 (cinco) dias, a alteração da petição inicial para substituir o réu.
- b) se o juiz acatar a alegação de ilegitimidade passiva, a única alternativa será extinguir o processo.
- c) se o réu indicar o nome do legitimado para figurar no polo passivo em seu lugar, o autor, ao aceitar a indicação, procederá, no prazo de 15 (quinze) dias, à alteração da petição inicial para a substituição do réu, podendo este optar por incluir, como litisconsorte passivo, o sujeito indicado pelo réu.
- d) se o juiz aceitar a substituição do réu pelo terceiro legitimado para figurar no polo passivo, sentenciará sem resolução de mérito, condenando o autor ao pagamento das despesas processuais e dos honorários fixados entre 10 e 20% do valor da causa.

25. Sobre a prova pericial e seus consectários, assinale a alternativa correta:

- a) A prova pericial consiste em exame ou vistoria, já que a avaliação deixou de ser esse meio de prova e passou a ter categoria própria.
- b) Os honorários do perito, aprovados por decisão judicial, constituirão título executivo extrajudicial, já que o perito não pode executar esse crédito no próprio processo.
- c) A prova técnica simplificada consistirá apenas na inquirição de especialista, pelo juiz, sobre ponto controvertido da causa que demande especial conhecimento científico ou técnico.
- d) Não existe perícia consensual.

26. Assinale a alternativa correta, segundo a qual será nula a sentença que:

- a) Deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, de



maneira ampla, geral e irrestrita.

- b) No caso de colisão entre normas, deixar de justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, não enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada nem as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.
- c) Enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.
- d) Utilizar princípios e não regras como fundamentação.

27. Sobre os procedimentos especiais previstos no CPC, assinale a alternativa correta:

- a) A oposição é modalidade de intervenção de terceiro.
- b) Nas ações de direito de família que envolvam discussão sobre fato relacionado a abuso ou alienação parental, o juiz somente tomará o depoimento do incapaz se não houver outro meio de prova disponível para formar o seu convencimento.
- c) A ação monitória não pode ser movida em face de réu incapaz.
- d) O inventário e a partilha amigável, em que não haja incapaz envolvido, deverão, necessariamente, ser processados em cartório, pela via extrajudicial.

28. Ao receber o recurso de apelação, o relator percebe que a causa envolve relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos. Diante dessa hipótese, o relator poderá:

- a) Instaurar um incidente de resolução de demandas repetitivas, remetendo os autos do recurso ao presidente do tribunal para seu processamento e julgamento.
- b) Resolver o mérito da demanda, liminarmente, e remeter os autos ao STJ para que seja processado o recurso especial repetitivo.
- c) Resolver o mérito da demanda, liminarmente, e remeter os autos ao STF para que seja processado o recurso extraordinário repetitivo.
- d) Instaurar um incidente de assunção de competência, e remeter ao órgão colegiado competente indicado pelo regimento interno do tribunal para que julgue o recurso.

29. Sobre o cabimento dos recursos, assinale a alternativa correta:

- a) Se proferida decisão que julga parte dos pedidos em caráter definitivo, o recurso cabível será a apelação.
- b) Os embargos de declaração são cabíveis para a correção de erro material constante na decisão.
- c) O agravo retido somente é cabível para impugnar decisões em face das quais não seja cabível o agravo de instrumento.
- d) Se a decisão proferida pelo colegiado for não unânime, caberá embargos infringentes para a câmara a que pertence a turma.

30. Fulano é condenado, por sentença penal transitada em julgado, ao pagamento de R\$10.000,00 (dez mil reais), considerando a materialidade do crime de roubo cometido em face de Beltrano. Trata-se do roubo de uma motocicleta, avaliada nesses parâmetros. Fulano paga essa dívida diretamente a Beltrano. Beltrano, porém, deseja receber valores a título de danos morais, não abarcados na sentença. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa correta:

- a) Para receber os danos morais, Beltrano poderá propor uma liquidação de sentença em processo autônomo, junto ao juízo cível competente.
- b) Para receber os danos morais, Beltrano poderá propor uma liquidação de sentença nos autos do processo que gerou o título executivo.



- c) Para receber os danos morais, Beltrano deverá, necessariamente, propor uma ação indenizatória de conhecimento junto ao juízo cível competente.
- d) Beltrano já recebeu a indenização constante na sentença e, por isso, não poderá pleitear outros valores, como o dano moral.

DIREITO PENAL

31. Assinale a assertiva correta, de acordo com o ordenamento jurídico-legal brasileiro:

- a) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo e impede a punição por crime culposos, se esse previsto em lei.
- b) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.
- c) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o culpa, mas permite a punição por crime doloso, se previsto em lei.
- d) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime obrigatoriamente exclui o dolo e a culpa.

32. Assinale a assertiva correta, em relação à aplicação da lei penal brasileira:

- a) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- b) Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outra tenha sido o momento da ação ou omissão.
- c) Considera-se praticado o crime tão somente no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte.
- d) Considera-se praticado o crime tão somente no lugar em que se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

33. Sobre as penas restritivas de direitos dentro do ordenamento jurídico brasileiro, é INCORRETO afirmar:

- a) A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável somente às condenações superiores a seis meses de privação da liberdade.
- b) A limitação de fim de semana consiste na obrigação de permanecer, aos sábados e domingos, por 5 (cinco) horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado.
- c) As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando aplicada pena privativa de liberdade não superior a dois anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos; o réu não for reincidente em crime doloso; a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.
- d) A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 (um) salário mínimo nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos.

34. No que se refere à aplicação da pena, é correto afirmar:

- a) O reconhecimento do motivo fútil ou do motivo torpe constituem circunstâncias que sempre agravam a pena, mesmo quando constituem ou qualificam o crime.
- b) Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime ou contravenção anterior.
- c) Os crimes militares próprios não são considerados para fins de reincidência.



d) A pena poderá ser agravada em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, embora não prevista expressamente em lei.

35. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. Essa descrição trata de:

- a) Continuidade delitiva.
- b) Concurso formal perfeito.
- c) Concurso material.
- d) Concurso formal imperfeito.

36. Assinale a assertiva correta:

- a) A suspensão condicional da pena será obrigatoriamente revogada se o condenado for irrecorrivelmente condenado, por crime culposo ou por contravenção, a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos.
- b) A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que o condenado não seja reincidente em crime doloso; a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício; não seja indicada ou cabível a substituição prevista no art. 44 do Código Penal brasileiro.
- c) A suspensão condicional da pena poderá ser revogada se, no curso do prazo, o beneficiário for condenado, em sentença irrecorrível, por crime doloso.
- d) A condenação anterior a pena de multa não impede a concessão de suspensão condicional da pena.

37. O crime de roubo se classifica como:

- a) Putativo.
- b) Complexo.
- c) De Mera Conduta.
- d) Próprio.

38. Sobre os crimes patrimoniais, é correto afirmar:

- a) Há tentativa de latrocínio quando ocorre o homicídio da vítima, mas o agente não consegue subtrair seus bens.
- b) O latrocínio é crime hediondo, de forma que é imprescritível.
- c) Ocorre o crime de latrocínio quando o agente, em face da violência ou da grave ameaça, ao praticar um crime de roubo, causa a morte da vítima.
- d) Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.

39. Sobre os crimes contra a vida, é INCORRETO afirmar:

- a) Por força da decisão proferida na ADPF 54, mostra-se inconstitucional a interpretação de interrupção da gravidez de feto anencéfalo ser conduta tipificada como crime de aborto.
- b) Quando praticado por médico, para salvar a vida da gestante, o aborto constitui fato atípico.
- c) Não se pune a tentativa de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio.
- d) Pela jurisprudência dominante, não é crime hediondo a prática de homicídio privilegiado qualificado.

**40. Assinale a alternativa correta:**

- a) O crime de rixa se caracteriza por ser plurissubjetivo.
- b) O crime de exposição ou abandono de recém-nascido é crime próprio, pois seu sujeito ativo só pode ser a mãe ou o pai do neonato.
- c) O crime de perigo de contágio venéreo, previsto no art. 130 do Código Penal, só se processa por ação penal privada.
- d) O crime de omissão de socorro, previsto no art. 135 do Código Penal, é crime comissivo por omissão.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**41. Sobre os princípios que regem o processo penal, indique a alternativa INCORRETA:**

- a) O princípio do estado de inocência impede que qualquer medida que possa restringir direitos do acusado seja tomada antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- b) O princípio denominado *favor rei* impõe que, havendo dúvida sobre a aplicação de alguma norma processual, deve ser adotada a interpretação que mais beneficie o réu.
- c) O princípio da identidade física do juiz é aplicável ao processo penal, porquanto o juiz que realiza a instrução do feito deve julgá-lo.
- d) O princípio da busca da verdade real é aquele que autoriza o magistrado, em alguns casos, a determinar de ofício a produção de provas para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

42. Considerando o inquérito policial, indique dentre as assertivas abaixo estampadas a que pode ser tida como verdadeira:

- a) Sempre que servir de base para o ajuizamento da ação penal deve ser juntado ao respectivo processo penal.
- b) Uma vez praticado ato que viole direitos e garantias do indiciado nesta fase, tal mácula afetará a fase judicial, anulando o processo.
- c) É peça indispensável à propositura de toda ação penal pública.
- d) Pode ser arquivado pela autoridade policial quando esta verificar de forma patente a inexistência de crime ou de indícios de autoria.

43. Antônio cometeu o delito de difamação contra José. Nesse caso, É EQUIVOCADO afirmar:

- a) José possui o prazo decadencial de seis meses para oferecimento da queixa, iniciado no dia em que tomou ciência de ter sido Antônio o autor do fato.
- b) Uma vez oferecida a queixa, não poderá mais José desistir da ação penal.
- c) Trata-se da denominada ação penal privada exclusiva.
- d) Antônio, caso condenado, não precisará pagar o preparo na interposição de eventual recurso.

44. Tendo em conta o procedimento comum ordinário previsto no Código Processual Penal, é correto aduzir:

- a) Em caso de lacuna, aplica-se ao mesmo as disposições previstas no procedimento comum sumaríssimo.
- b) Tem por regra o interrogatório como último ato de instrução do processo, e se não realizada a audiência de instrução no prazo de 60 dias, haverá nulidade no feito, que deve ser reconhecida de ofício pelo juiz.
- c) Podem ser ouvidas até cinco testemunhas por cada uma das partes.
- d) É aplicável quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.



45. Joaquim foi preso em flagrante delito, sendo realizada a audiência de custódia. Nessa oportunidade, após manifestação do Ministério Público, poderá o magistrado tomar várias providências, EXCETO a seguinte:

- a) Converter a prisão em flagrante em preventiva, caso presentes os pressupostos desta.
- b) Conceder a liberdade provisória, fixando medidas cautelares alternativas à prisão.
- c) Homologar o flagrante e manter o preso segregado por esta condição (flagrante) pela impossibilidade de concessão liberdade provisória ao delito imputado.
- d) Relaxar a prisão em face de ilegalidade constatada no flagrante, todavia decretando a prisão preventiva diante da presença de seus pressupostos.

46. Considerando os efeitos civis da sentença penal, aponte a alternativa que pode ser tida como correta:

- a) Uma vez absolvido, não pode o réu ser demandado em ação de reparação de danos.
- b) Caso exista condenação, poderá a vítima propor ação cível de reparação de danos contra o réu, a não ser que tenha sido reconhecida a prescrição da pretensão punitiva.
- c) Apenas a sentença absolutória que reconhecer a inexistência do fato impede a propositura da ação de reparação de danos pela vítima.
- d) Pode o magistrado, na sentença penal, condenar o réu, além da pena privativa de liberdade, ao pagamento em favor da vítima de valor mínimo de indenização pelos danos sofridos por esta.

47. Considerando os recursos no processo penal e as regras que os regem, indique a assertiva que apresenta ERRONIA:

- a) A regra no processo penal é a voluntariedade dos recursos, havendo poucas exceções que obrigam o juiz a remeter o feito à segunda instância, sendo o reexame condição para que possa a decisão transitar em julgado.
- b) Unirecorribilidade significa que, em regra, para cada decisão cabe apenas um recurso.
- c) A taxatividade diz respeito ao fato de que os recursos manejáveis são apenas aqueles que estão previstos em lei.
- d) No processo penal a regra é a disponibilidade dos recursos, ou seja, qualquer das partes pode desistir livremente do recurso que interpôs, não importando se acusação ou defesa e tampouco se se trata de ação penal pública ou privada.

48. Aponte qual das alternativas abaixo está de acordo com os preceitos estampados nos Juizados Especiais:

- a) Caso realizada a composição civil entre o autor do fato e a vítima, não poderá mais ser proposta ação penal pública pelo Ministério Público.
- b) A transação penal pode ser proposta pelo Ministério Público juntamente com o oferecimento da denúncia.
- c) Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a transação penal.
- d) A suspensão condicional do processo interrompe o prazo prescricional.

49. A Lei n. 4.898/65 (Abuso de autoridade), apesar de possuir mais de cinquenta anos de vigência, continua muito atual, sendo corriqueiramente utilizada. Sobre essa Lei é permitido afirmar:

- a) Não se aplica aos militares, eis que é lei especial.
- b) Apesar dos termos da lei, entende-se que seus delitos são de ação penal pública incondicionada.
- c) Possui prazo prescricional especial, não se aplicando as regras do Código Penal.



d) Podem ser julgados na justiça militar.

50. Tendo em conta as situações abaixo relatadas, indique a alternativa que demonstra a existência de nulidade relativa:

- a) A citação por edital de réu preso no mesmo estado da federação.
- b) A falta de defesa técnica no processo penal.
- c) A ausência de intimação da expedição de carta precatória.
- d) Acórdão que reconhece, de ofício, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

51. Em relação a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é INCORRETO afirmar:

- a) Caberá também arguição de descumprimento de preceito fundamental: quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição.
- b) Decorrido o prazo das informações, na ADPF, o relator lançará o relatório, com cópia a todos os ministros, e pedirá dia para julgamento.
- c) Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade e tutelar os interesses difusos objeto da arguição.
- d) Na concessão de liminar em ADPF o relator poderá ouvir os órgãos ou autoridades responsáveis pelo ato questionado, bem como o Advogado-Geral da União ou o Procurador-Geral da República, no prazo comum de cinco dias.

52. Em relação aos Direitos Fundamentais assinale a alternativa correta:

- a) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal
- b) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo permitida, excepcionalmente, a interferência estatal em seu funcionamento
- c) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- d) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, por determinação judicial.

53. Assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, das leis complementares ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
- b) Os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
- c) Os tratados e convenções internacionais que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- d) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos



membros, serão equivalentes aos decretos legislativos.

54. Assinale a alternativa correta:

- a) A imunidade parlamentar exclui os crimes hediondos praticados por membros do Congresso Nacional, mas não exclui o processo por crimes comuns, mesmo que praticados no decorrer do mandato.
- b) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
- c) Os parlamentares são imunes, apenas civilmente, por suas palavras, opiniões e votos.
- d) Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência ao Congresso Nacional, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

55. A espécie legislativa apta a regular as matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional é a(o):

- a) Resolução
- b) Lei Delegada
- c) Atos ordinários da mesa do Congresso Nacional
- d) Decreto Legislativo

56. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- b) A jurisprudência do STF entende que a expressão “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”, no âmbito das CPIs, permite que a comissão, no decorrer de seus trabalhos, pratique todos os atos necessários ao desenrolar das investigações, tais como ouvir testemunhas, solicitar perícias e decretar arrestos e penhoras.
- c) Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa.
- d) Na constituição das Mesas e de cada Comissão do Congresso Nacional e de suas Casas, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

57. Assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da universalização dos direitos sociais está relacionado a ampliação da eficácia destes direitos e possui vinculação com a proteção da igualdade material.
- b) O princípio da proibição de retrocesso pode ser considerado como um elemento que permite a aplicação da proporcionalidade aos direitos sociais, tendo como elemento fundamental a universalização destes direitos sociais, previstos no art. 6º, aos cidadãos brasileiros.
- c) A proteção constitucional aos direitos sociais prevê esse conjunto de normas como sendo de caráter prestacional, exigindo atuação estatal e dos particulares para sua efetivação,



consagrando-os como cláusulas pétreas explícitas no texto constitucional e os vinculados ao princípio da igualdade formal.

d) O princípio da reserva do possível serve para ponderar a aplicação dos direitos sociais, pois esses direitos são considerados como não auto-aplicáveis, requerendo a interferência da reserva do possível, por via judicial, para sua efetivação.

58. Em relação a posituação do Poder Judiciário na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O ingresso na carreira da Magistratura, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, será mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação.

b) Não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.

c) Compete privativamente aos tribunais eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos.

d) Os juízes gozam das seguintes garantias vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.

59. Em relação ao controle difuso de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

a) A declaração incidental de inconstitucionalidade não é realizada no âmbito dos juízes de primeiro grau.

b) A origem histórica do modelo de controle difuso de constitucionalidade está no direito europeu no célebre julgamento do caso *Marbury v. Madison*;

c) O Supremo Tribunal Federal está excluído do controle difuso de constitucionalidade uma vez que já detém competência para o julgamento do controle concentrado;

d) A decisão em controle difuso tem eficácia inicial apenas para as partes do processo, em razão da discussão sobre a constitucionalidade ser oriunda de uma demanda processual concreta.

60. Assinale a alternativa correta:

a) O poder constituinte originário pode surgir, por exemplo, em razão de uma revolução, da formação de um novo Estado, da derrota em uma guerra e de uma transição política pacífica.

b) As limitações circunstanciais ao poder constituinte derivado significam que a constituição só poderá ser alterada se cumpridos os procedimentos previstos no texto constitucional e com a ocorrência de motivos que criem fatos capazes de legitimar a atuação do poder constituinte derivado.

c) Podem propor emendas à Constituição Federal de 1988 o Presidente da República, os cidadãos, conforme regra de representatividade prevista no art. 61, par. 2º, mais da metade das Assembleias Legislativas e um terço dos deputados e senadores.

d) As Cláusulas Pétreas representam limitações materiais ao Poder Constituinte Originário e Derivado, sendo que em relação a este último estas Cláusulas impedem que Emendas Constitucionais venham a suprimir as matérias presentes no art. 60, par. 4º, da CF/88.

